



CURSO DE EXTENSÃO PRÁTICAS EDUCATIVAS NO SISTEMA PRISIONAL

Relatório Final: Práticas educativas na prisão – Pesquisa nas mídias digitais

Um dos objetivos do Curso de Extensão “Práticas Educativas no Sistema Prisional” foi promover, em tempos de isolamento social provocado pela pandemia do Covid-19, a inserção de estudantes e interessados ao campo da pesquisa sobre a educação – como prática, como ação e como movimento – no âmbito das prisões. Nesse contexto, foi constituído o Grupo “Mídias Digitais” a partir do interesse especial e particular de alguns e algumas estudantes inscritos no curso, com o desafio de buscar informações e elaborar dados referentes às práticas educativas, à promoção, ao exercício e às experiências educativas em contextos prisionais.

Um primeiro aspecto a ser destacado nesse processo, refere-se à complexidade e amplitude das possibilidades e, ao mesmo tempo, às especificidades inerentes ao tipo de investigação proposta, que se desmembrou em duas frentes, assim constituídas:

1. Organizações e movimentos da sociedade civil

Organização	Pesquisadorxs envolvidosxs
ABONG - Organizações em defesa dos direitos e bens comuns	Ana Clara T. Ramos Nathallia F. Silva
COALIZÃO NEGRA POR DIREITOS	Carina Z. Barros

2. Mídias digitais/Redes sociais

Plataforma	Pesquisadorxs envolvidosxs
Instagram e Facebook	Gislaine J. N. Santos Luciano V. Costa
Blogs	Denise Gonçalves
Youtube	Bianca Saraiva Nathalia Bissiato Samira Souza

Para efeito das buscas no ambiente virtual, o universo das mídias digitais foi circunscrito aos registros na plataforma “Youtube”; nas redes sociais “Facebook” e Instagram; além de blogs – pessoais e institucionais. Um outro escopo da pesquisa contemplou as páginas institucionais de organizações da sociedade civil e, nesse caso, foi estabelecido como universo de pesquisa as organizações que compõem

a Coalizão Negra por Direitos¹ e a Associação Brasileira de ONGs – ABONG², duas redes de abrangência nacional que reúnem instituições não governamentais. No caso da Abong, foi considerado o conjunto de associadas da Região Sudeste.

Numa primeira etapa do trabalho de investigação, as buscas foram realizadas com base nos termos “educação e “prisão”; “educação na prisão” e “educação prisional”. No entanto, a partir dos encontros promovidos periodicamente, para discutir e avaliar o processo de pesquisa, surgiram questionamentos acerca da necessidade de ampliação dos descritores da pesquisa, tendo em vista que, pela própria natureza do ambiente de pesquisa, a personalização dos resultados obtidos, em função dos algoritmos associados à identidade do pesquisador funcionava como um elemento restritivo. Isso nos levou à constatação de que, talvez, um tópico introdutório sobre “Teoria e pesquisa nas redes – no campo das humanidades” fosse importante. Além disso, atentou-se também para a íntima correlação entre teoria/prática na configuração do escopo metodológico da investigação, uma vez que antes de se “encontrar na rede” as práticas educativas, era necessário definir o que se entendia por educação e também entender a particularidade da “prisão como contexto de pesquisa”.

Conforme aponta Denise Gonçalves, ao relatar a experiência da investigação nos blogs:

O termo “educação” permitiu identificar apenas a presença da educação formal, ofertada por meio da Educação de Jovens e Adultos – EJA. Ao introduzir buscas com os termos “cursos” e “oficinas” foram identificadas 27 iniciativas promovidas por diferentes organizações.

No mesmo sentido, Bianca Saraiva, Natália Bissiato e Samira Souza, realizando buscas no “Youtube”, constataram que o termo “educação” vinculava, além de registros sobre a modalidade EJA, cursos de caráter profissionalizante, não formais, ofertados por agentes não governamentais. Ao ampliar os descritores de busca para “capoeira na prisão”, “literatura na prisão”, “leitura na prisão”, teatro na prisão”, foi possível identificar 34 vídeos ([acesse aqui](#)) que registram diferentes iniciativas.

Desse modo, o exercício da pesquisa estimulou reflexões sobre a construção social da noção de educação na prisão, evidenciando uma cisão que aloca, de um lado, as atividades de ensino profissionalizante, ainda que não formais, e a oferta da modalidade EJA; contidas no descritor “Educação” e, de outro lado, o vasto campo de iniciativas não formais: que abrange ações de formação em direitos, arte, cultura, esporte, entre outras, registradas de forma difusa, em geral sem informações suficientes, que permitam sua compreensão e análise, relatadas como forma de ocupação do tempo ocioso.

¹ Coalizão Negra por Direitos articulação de organizações e coletivos de todo o Brasil criada em 2018 para incidência política na defesa de direitos da população negra. Disponível em: <https://coalizaonegrapordireitos.org.br>. Acesso em 5ago2020

² Associação Brasileira de ONGs – Abong, criada em 1991, reúne organizações da sociedade civil que atuam na defesa de direitos. Disponível em www.aborg.org.br. Acesso em 5ago2020

Estas constatações suscitaram nas(os) integrantes do grupo de trabalho inúmeras indagações, tomadas como estímulos para futuras pesquisas.

O processo de investigação também revelou a complexidade da pesquisa no ambiente virtual, que exige metodologias diversas e ainda pouco exploradas pelo grupo, tornando-se também um tema específico para a produção de conhecimento.

Gislaine dos Santos e Luciano Costa, por exemplo, ao buscar informações no FaceBook, depararam-se com as variáveis tempo e espaço virtual, reguladas por algoritmos que impõem, ou limitam, tanto o fluxo como o acesso a informações. Assim, a dupla realizou diferentes ensaios com variáveis entre os intervalos temporais das buscas, e até mesmo com diferentes contas, variando entre suas contas pessoais e outras exclusivamente constituídas para a pesquisa. Os registros encontrados referiam-se ao compartilhamento de informações produzidas por portais de notícias.

Já para o Instagram, Gislaine e Luciano, constataram que a forma mais eficaz é a utilização de hashtags (#), e identificaram número considerável e diverso de práticas educativas utilizando “#ressocialização”, em geral vinculadas a páginas oficiais de órgãos do sistema de justiça e do poder judiciário.

Por fim, Ana Clara Ramos, Carina Barros e Nathalia da Silva consultaram páginas eletrônicas e outros documentos institucionais de cerca de 206 organizações da sociedade civil, sendo 117 integrantes da Coalizão Negra, e 89 filiadas à Abong. No amplo universo consultado não foi identificada nenhuma atividade educativa promovida no espaço prisional. No entanto, a pesquisa revelou outras formas de atuação da sociedade civil no campo da educação nas prisões, como a realização de pesquisa, produção de material informativo sobre direitos das mulheres encarceradas, e ações de mobilização para a oferta da educação formal nas prisões.

A investigação também constatou que a Coalizão Negra assume como um dos princípios norteadores de sua atuação a mobilização pelo desencarceramento em geral, e da população negra em particular, atuando de forma permanente na disseminação de informação e reflexões sobre a seleção racial que conduz o super encarceramento no Brasil, e com notável participação na mobilização pela preservação da vida da população carcerária durante o período de pandemia.

O conjunto dos resultados sugere, de um lado, que as organizações identificadas com a luta por direitos da população negra, e aquelas que atuam na defesa dos direitos educativos, não estão presentes na promoção de atividades educativas na prisão.

De outro lado, a imprecisão das informações encontradas no espaço virtual revela a presença de inúmeros agentes não governamentais no cotidiano da prisão, atuando na formação da população carcerária por meio de atividades não formais, mas não permite a análise do perfil do grupo. De maneira geral, nota-se a presença de instituições religiosas de diferentes denominações e instituições que,

aparentemente, poderiam ser classificadas como empresas, apesar de as ações divulgadas serem apresentadas como filantrópicas.

Identificar e analisar o perfil dos agentes promotores da educação nas prisões foram outros temas de pesquisa emergentes, e urgentes, destacados pelo grupo de trabalho.

Por fim, o GT “Mídias digitais e educação nas prisões”, no diálogo promovido pelo Curso com as demais instâncias e GTs, constata o caráter multifacetado do fenômeno estudado, porquanto a análise das práticas de educação (formal, não formal e informal) realizadas dentro e a partir de unidades prisionais – requer uma compreensão que abarque sua indiscutível imbricação com os aspectos econômicos, sociais, ideológicos e político/jurídicos que caracterizam o sistema no qual tais processos se engendram.

Para além disso, a pesquisa no campo “digital” implica pensar em metodologias que permitam identificar, questionar e transformar regimes de visibilidade e visualidade na produção dos sentidos, principalmente na disputa por representatividade e reconhecimento no que diz respeito a: justiça, direitos, sujeitos, agência e educação, em seu sentido emancipador.

Profª Dra. Mariângela Graciano

Profª Dra. Marina Pereira de Almeida Mello